



Em fevereiro, o preço de vários materiais de construção subiu mais de 20%, mas a guerra fez disparar em março esses valores. A escalada afeta as obras em curso, mas também a capacidade de as empresas fazerem propostas para as futuras empreitadas.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

O preço dos materiais de construção disparou em fevereiro 10,1%, em termos homólogos, a maior subida desde agosto de 2008, contribuindo, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), para que o custo de construção de casas novas subisse 8,6% nesse mês. No entanto, para Manuel Reis Campos, presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) e da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), desde o início da guerra na Ucrânia “o problema é muito maior”. É que depois de subidas de preços em fevereiro acima dos 20% em produtos como aços, cerâmica, gasóleo, vidros, aglomerados e ladrilhos de cortiça e madeiras e derivados, em março os acréscimos foram “muito superiores”.

De acordo com o responsável, no caso do aço, depois de uma subida de 21,8% em fevereiro, em março o aumento foi de 47,5%. Já o alumínio subiu 58% no mês passado. Em comparação com o final de 2020, diz Reis Campos ao Negócios, as duas matérias-primas apresentam acréscimos de preço acima dos 100%.



O setor quer que nas obras privadas sejam aceites pedidos de prorrogação do prazo de execução sem penalizações.

O preço do aço teve uma subida de 21,8% em fevereiro e de 47,5% em março.

“Uma coisa era o que acontecia até ao dia 23 de fevereiro, outra coisa é depois”, afirma Reis Campos, sublinhando que a guerra na Ucrânia trouxe “uma realidade bem pior, que vai ser agravada”.

“As empresas não têm como fazer face aos aumentos nos contratos celebrados de obras que estão em curso, como ainda estão a viver um problema com as obras futuras, previstas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que estão agora a ser colocadas a concurso”, aponta o presidente da

CPCI, frisando que “as construtoras não sabem como apresentar preços para novos contratos, numa altura de arranque do PRR, devido a esta subida abrupta dos preços, que já vinha da pandemia mas que foi agravada com a guerra a partir de 24 de fevereiro”.

“As construtoras têm dificuldade em saber quais são os preços que devem colocar porque o preço muda de um dia para o outro, e são preços insustentáveis”, frisa, sublinhando que “é preciso contratualizar este ano as obras do PRR”.

O setor já fez chegar ao Governo propostas de medidas excecionais para fazer face à instabilidade e à situação extraordinária que enfrenta, envolvendo quer as obras particulares, nas quais os contratos não preveem mecanismos de revisão de preços, quer nas obras públicas, onde esse mecanismo existe mas, diz Reis Campos, não reflete com atualidade os aumentos bruscos de preços.

A AICCOPN reclama ao Executivo que promova orientações aos donos de obra para que reconheçam que a atual conjuntura “configura uma verdadeira ‘alteração anormal e imprevisível das circunstâncias’ e, como tal, determinem, por um lado, a aceitação dos pedidos de prorrogação do prazo de execução das empreitadas, sem aplicação de multas ou penalização para as empresas e, por outro, o direito dos empreiteiros a uma compensação financeira que lhes permita fazer face aos custos acrescidos decorrentes desta situação”.

A associação pede ainda mecanismos extraordinários, como

Reis Campos diz que desde o fim de 2020 o aço subiu 103% e o alumínio 102%.

a criação de um fundo público, ao qual as entidades adjudicantes possam aceder para compensar as empresas, ou a aprovação de um regime excepcional e temporário de contratação pública – que “dê maior celeridade às adjudicações e ao procedimento de atribuição do visto pelo Tribunal de Contas e preveja a redução do prazo de manutenção das propostas e de critérios uniformes de determinação do preço anormalmente baixo, tendo em conta a média das propostas apresentadas em cada um dos procedimentos”.

A AICCOPN propõe também a “recuperação” do regime da Tentativa de Conciliação Obrigatória prevista no anterior Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas, que em seu entender “constituiu um instrumento eficaz de resolução alternativa de litígios durante décadas e que se justifica plenamente no atual contexto”. ■



UE precisa de 40 mil milhões para apoiar refugiados

ECONOMIA 8 a 10



negócios

negócios.pt

Quinta-feira, 7 de abril de 2022 | Diário | Ano XVIII | N.º 4719 | € 2,80
 Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

JOAQUIM AGUIAR
 Putin precisa de reformular o padrão de ordem mundial
 OPINIÃO 27



LUÍS TODO BOM
 Guerra traz oportunidades para a indústria nacional
 OPINIÃO 25



Construtoras não sabem como dar preços a obras do PRR

Aço, gasóleo, cerâmica ou vidro sobem mais de 20%. Calcular empreitadas futuras é desafio para o setor.

HOME PAGE 2

Parlamento avalia Programa do Governo à espera do OE

Proposta irá em breve a Conselho de Ministros. Costa apresenta hoje linhas gerais da legislatura.

PRIMEIRA LINHA 4 a 6

Metade do valor do financiamento do país fica fechado, mas sai mais caro

MERCADOS 22 e 23

JORGE REBELO DE ALMEIDA
 PRESIDENTE DO GRUPO VILA GALÉ

Escalada dos combustíveis “ameaça verão”



EMPRESAS 18 e 19

Agroalimentar Nestlé escapa à escassez de cereais gerada pela guerra

EMPRESAS 20

Lex

ENTREVISTA **MANUEL CAVALEIRO BRANDÃO**

“Há um número preocupante de empresários a produzirem com prejuízo”

Novo sócio da Vieira de Almeida admite que há dificuldades em empresas mais expostas à energia.



LEX 14 a 16

Publicidade

GANHA ATÉ 20€ EM BÓNUS

REGISTA-TE EM

COLOSSAL CASH ZONE

NOSSA APOSTA.PT

18 JOQUE COM RESPONSABILIDADE E MODERAÇÃO